

# Conciliação: a velha forma de fazer o novo

Todo ser humano eventualmente enfrenta guerra e paz, mesmo que isso represente apenas sua cisão interna como indivíduo. Isso porque aquele assim chamado pelo idioma por supostamente ser uno, indiviso, abriga em si paixões, papéis, pressões e impulsos que o atravessam em direções por vezes opostas. Para além disso, o conflito com outras pessoas, que pode ser tanto a expressão da diversidade de interesses e visões quanto a manifestação de uma ruptura com a comunidade, não deixa de ser, surpreendentemente, oportunidade para o recomeço e o diálogo. Veja matéria sobre a conciliação, justiça que volta às origens e busca encontrar acordo e respeito na vida em sociedade.

Páginas 4 a 6

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – NOVEMBRO – 2015  
ANO 23 – NÚMERO 210



# A busca pela paz social

Em 2015, o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ao movimento pela conciliação, empreendido pela Justiça mineira, completa dez anos. A prática, que busca a paz social por meio do acordo, era incentivada antes somente em mobilizações anuais na Semana de Conciliação. Atualmente, tornou-se digna, aos olhos do Conselho, de ser incorporada à rotina de cada comarca do país.

Confira nas páginas 4, 5 e 6 do *TJMG Informativo* deste mês matéria sobre as formas alternativas de solução de conflitos, que, embora ainda não sejam aplicadas de modo generalizado e amplo, já fazem parte da rotina dos fóruns, dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) e dos juzgados especiais, por meio da conciliação, da mediação e da justiça restaurativa.

Esta edição traz também matéria sobre as medidas que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais tem adotado para potencializar a segurança dos milhares de cidadãos que transitam diariamente nos prédios da instituição. Essas medidas integram o Plano de Segurança do Tribunal, cujo gestor é o Gabinete Militar do TJMG, que atua com o Centro de Segurança Institucional (Cesi). Entre elas está a confecção de novos crachás de identificação para magistrados, servidores e estagiários, de maneira a identificar de forma segura o seu portador.

O juiz Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes, da 23ª Vara Cível de Belo Horizonte, é o entrevistado deste mês. Ele é um dos magistrados que representam o TJMG no desenvolvimento de atividades referentes ao Termo de Cooperação Técnica (TCT), assinado pelo Tribunal mineiro, Ministério Público

de Minas Gerais e Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas), para a promoção de direitos das pessoas em situação de rua.

Leia ainda nesta edição matéria sobre o curso *Competências Gerenciais do TJMG – Modelo e Técnicas de Gestão para Melhoria de Resultados*, promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). O curso, iniciado em 22 de outubro, visa promover a capacitação dos gestores conforme o Modelo de Competências Gerenciais desenvolvido pelo TJMG.

Já a página de Cultura traz matéria sobre a exposição de nove réplicas das obras do escultor francês Auguste Rodin, na Galeria de Arte do Fórum Lafayette, resenha do filme *Um Estranho No Ninho*, que será exibido em 26 de novembro no Cineclubes TJ, e a coluna *Click do Leitor*. Boa leitura!

## Tribunal de Justiça de Minas Gerais

### Presidente:

Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes

### 1º Vice-Presidente:

Desembargador Fernando Caldeira Brant

### 2º Vice-Presidente:

Desembargador Kildare Carvalho

### 3º Vice-Presidente:

Desembargador Wander Marotta

### Corregedor-Geral:

Desembargador Antônio Sérvulo

### Ouvidor

Desembargador Moacyr Lobato

### Expediente

#### Assessora de Comunicação

#### Institucional:

Letícia Lima

#### Gerente de Imprensa:

Daniela Lima

#### Coordenador de Imprensa:

Raul Machado

#### Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

#### Revisor:

Patrícia Limongi

#### Design Gráfico:

Narla Prudêncio

#### Fotolito e Impressão:

Globalprint Editora Gráfica Ltda

#### Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

#### Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

#### Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

#### Tiragem:

3 mil exemplares

#### Portal TJMG:

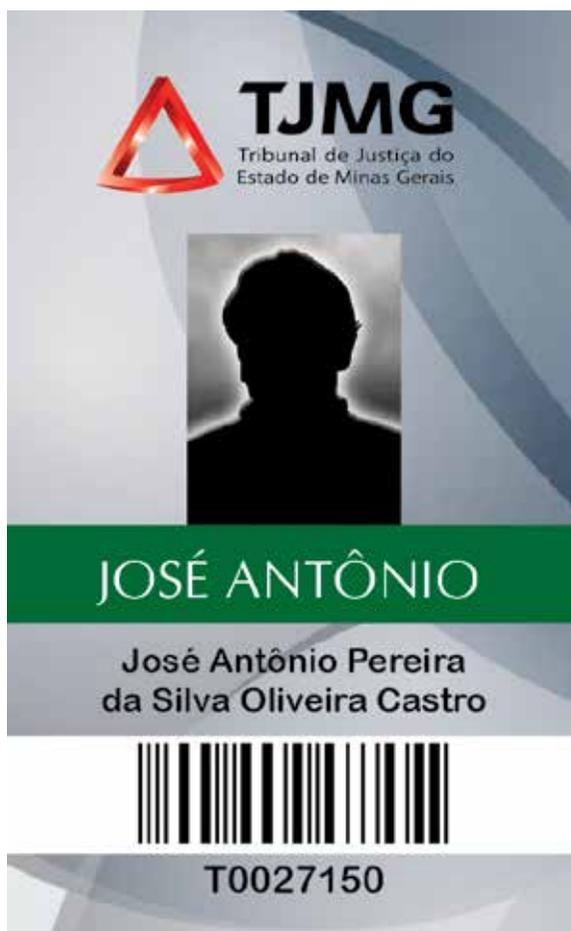
www.tjmg.jus.br

# PJe

## Expansão 2015

Segundo dados apurados em outubro, o PJe conta com 29.471 usuários ativos, e foram distribuídos 158.024 processos a 204 órgãos julgadores em 19 comarcas. São números expressivos, diz o gerente de Sistemas Informatizados do TJMG, Dalton Luiz Fernandes Severino. Integrante do Núcleo Técnico do PJe (NTPJe), ele esclarece que a Primeira Instância do TJMG ocupa a quinta posição no ranking dos tribunais estaduais que adotaram o processo eletrônico.

Desde o último dia 3 de novembro, as Comarcas de Patos de Minas, Coronel Fabriciano, Timóteo e Ipatinga ampliam a lista daquelas que já possuem o PJe. Até o momento, são 23 comarcas. Em 30 de novembro, será a vez de Caratinga, Governador Valadares e Teófilo Otoni. A prática de atos judiciais diretamente no sistema, com eficiência e celeridade, e a valorização do capital humano institucional fazem do PJe uma ferramenta que revoluciona o Poder Judiciário, comenta o gerente Dalton Luiz.



■ Novo crachá visa permitir a identificação segura de seu portador

## Novos crachás integram Plano Segurança do Tribunal

Vanderleia Rosa

A segurança é um tema que preocupa toda a sociedade, uma vez que a amplitude dos problemas decorrentes da sua falta tem alertado para a necessidade da adoção de medidas que possam minimizar seus efeitos. Atento a esse cenário, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) tem adotado medidas para potencializar a segurança dos milhares de cidadãos de diferentes perfis que transitam diariamente nos prédios do TJMG: operadores do direito, servidores, estagiários, partes envolvidas em processos, jornalistas e pessoas em busca de algum tipo de orientação.

Foi pensando em uma forma de registrar o acesso desse público a todas as suas unidades jurisdicionais e administrativas e, dessa forma, garantir um melhor nível de segurança para o exercício de suas atividades que o TJMG deu início a uma série de medidas na capital e no interior. Elas integram o Plano Segurança do Tribunal, cujo gestor é o Gabinete Militar do TJMG, que atua em conjunto com o Centro de Segurança Institucional (Cesi).

Entre as medidas do plano de segurança estão a instalação de equipamento de controle de acesso (catraca eletrônica), detectores de metal fixos, cancelas de controle de garagem, sistema de monitoramento por meio de câmeras, alarme anti-intrusão e a alocação de vigilantes, vigias e porteiros, conforme a necessidade de cada unidade predial.

### Implantação

A confecção de novos crachás de identificação para magistrados, servidores e estagiários, de maneira a identificar de forma segura o seu portador, também integra as medidas de segurança. Com um leiaute moderno, eles irão substituir o atual, permitindo o acesso às dependências dos fóruns e unidades administrativas por meio de um *software*. Além do nome do titular, constarão dos novos crachás fotografia, código de barras e *chip* de aproximação para liberação das catracas de acesso.

A impressão do primeiro lote de novos crachás será destinada aos magistrados, servidores e estagiários das comarcas de Santa Luzia, Conselheiro Lafaiete, Bicas, Leopoldina, Muriaé, Poço Fundo e Lambari. Conforme explicou o diretor de Segurança do Gabinete Militar do TJMG, major Edmar Pinto de Assis, essas comarcas foram indicadas por já contarem com os equipamentos necessários ao funcionamento completo do sistema.

O jurisdicionado e os usuários em geral entrarão nos prédios com o crachá de visitante e com o emprego de código de cores para compartimentação do acesso. Essas cores vão variar de acordo com a necessidade de cada unidade e com a estrutura predial. O TJMG está estudando também a melhor forma de atender aos representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil, profissionais que também deverão utilizar o crachá de identificação para acessar as unidades do Poder Judiciário.

# Guerra e paz: a busca da conciliação



Tendas montadas para a "Rua dos Direitos" apresentaram projetos, entre eles a mediação, do TJMG para a população de rua

É comum escutar que “diálogo” significa “fala de dois”, mas o que o vocábulo grego quer dizer de fato é “por meio da palavra”. Como “lógos” tem sentido vasto, poderíamos traduzir o termo por “através da reflexão, pelo raciocínio”. Esse é apenas um dos mal-entendidos que cercam uma realidade básica em que vivemos e existimos: a linguagem. As palavras têm peso: quem não se recorda de circunstâncias em que algo que lhe foi dito tornou-se fonte de sofrimento ou alegria?

A conciliação, noção que engloba uma série de ações e técnicas de resolução dialogada de conflitos, foi amiúde saudada como estratégia inovadora. Estudiosos, porém, têm ressaltado que ela não é uma forma alternativa, mas a preferencial, mais econômica e menos desgastante para os envolvidos, pois, mesmo que não alcance o acordo, que atende a ambas as partes, ela promove a discussão civilizada e respeitosa.

Em 2015, completa dez anos o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ao movimento pela conciliação, empreendido pela Justiça mineira pelo menos desde 2002 – se desconsiderarmos a implantação, em 1987, dos Juizados de Conciliação e Arbitramento, que antecederam os Juizados Especiais (Jesps). O curto prazo de lá para cá foi suficiente para que a prática, incentivada antes somente em mobilizações anuais na Semana da Conciliação, se tornasse digna, aos olhos do conselho, de ser incorporada à rotina de cada comarca do País.

Hoje, são estimuladas as chamadas formas autocompositivas, em que lados opostos numa demanda encontram juntos uma solução, ou a modalidade em que um terceiro, devidamente capacitado e considerado isento, decide a disputa. Ainda que por enquanto essas formas de solução de conflitos não sejam aplicadas de modo generalizado e amplo, elas já fazem parte da rotina dos fóruns, dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) e dos Juizados Especiais, por meio da conciliação, da mediação e da justiça restaurativa.

Um outro exemplo da força da política de pacificação e de aproximação do Judiciário com a sociedade é o projeto Rua do Respeito, parceria selada em

maio deste ano entre o TJMG, o Ministério Público e o Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas). A iniciativa sensibiliza a sociedade para a causa e articula esforços em prol das pessoas que vivem nas ruas, promovendo a profissionalização, o acesso à Justiça, a proteção dos direitos, a reconstrução da vida e a inclusão social. Um evento do projeto, em setembro, levou informações à população de rua sobre alguns de seus serviços, incluindo o Cejus e os Juizados Especiais.

## Chamado para a concórdia

Numa terra de concentração de renda e corrupção alarmantes, baixa escolaridade, pouco acesso a bens culturais, marginalização e discriminação; numa república com histórico de autoritarismo e taxa de homicídio superior à de países em guerra, pode parecer natural a agressividade. Mas, a despeito da brutalidade originária de nossa colonização e de algumas de nossas instituições, existem saídas.

Segundo o terceiro vice-presidente do TJMG e superintendente da Assessoria de Gestão da Inovação (Agin), desembargador Wander Marotta, durante o Império, Pedro I já lamentava a morosidade da Justiça e as condições precárias de encarceramento, mas a Constituição de 1824 contempla, com a figura do juiz de paz, a conciliação. Marotta considera que a resolução de conflitos por meio da conversa, frequente em sociedades tradicionais, remonta à origem dos agrupamentos humanos e só é vista como não convencional a partir do momento em que, com o acesso franqueado pela Carta Magna de 1988, cresceu a judicialização dos desentendimentos.

O magistrado explica ainda que uma sentença judicial, mesmo que tecnicamente correta, pode impor um deslinde que não agrada a nenhuma das partes. “Nessas soluções, o cidadão não decide o que acontecerá. Contudo, esse caminho da força nunca é o ideal. A solução ideal é construída pelos envolvidos, em contrapartida, acaba com o litígio e não simplesmente com o processo.” O desembargador acrescenta que os Cejus, que vêm sendo instalados em todo o estado – até agora, totalizam 37 –, são uma tentativa de responder ao anseio por um serviço público próximo do povo, célere e de qualidade.

De acordo com o juiz auxiliar da 3ª Vice-Presidência, Carlos Donizetti Ferreira da Silva, a sociedade



contemporânea está perdendo a capacidade de conversar e, por isso, procura o Judiciário a cada vez que um problema surge. É um desafio para a Justiça tentar mudar essa tendência não apenas por suas próprias atividades-fim, mas estimulando os magistrados a familiarizar-se com procedimentos mais flexíveis de resolver impasses e introduzindo às novas gerações modelos distintos da litigiosidade, por meio da cooperação com instituições de ensino.

“O Cejus possui três linhas de atuação: cidadania, pré-processual e processual. O jurisdicionado é recebido no setor de cidadania. Se, numa triagem, o caso não puder ser enviado ao pré-processual, o próprio setor de cidadania o encaminha para uma audiência prévia no Juizado Especial ou na Justiça comum ou orienta a parte para que procure o órgão que pode ajudá-la (Defensoria, Ministério Público). O pré-processual propõe a conciliação antes de haver processo na Justiça. A fase processual é quando já existe um feito judicial. Mas em qualquer etapa é possível conciliar”, defende.

## Mediação

Outra proposta coordenada pela Agin por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) é a mediação, desenvolvida quando as partes em conflito mantêm laços que devem ser preservados, como parentes e ex-cônjuges. Um terceiro habilitado atua para ajudá-las no consenso. Por lidar com vínculos importantes, trata-se de uma operação delicada com benefícios duradouros.

”  
“A resolução de conflitos por meio da conversa, frequente em sociedades tradicionais, remonta à origem dos agrupamentos humanos”

“

Mediadora judicial do Cejus de Belo Horizonte, sede do projeto-piloto da iniciativa no TJMG, iniciado em 2012, Cleide Rocha de Andrade define a mediação como um auxílio gratuito que favorece a construção de um entendimento para atender de modo efetivo a interesses em conflito. Segundo a profissional, reconhecer a própria parcela de erro é difícil, o que aponta para a necessidade de uma mudança de cultura.

Na capital, as sessões acontecem no Fórum Lafayette e no Jesp Criminal e podem ser processuais ou pré-processuais. Cada um dos lados é convidado a dizer o que pensa e a ouvir o outro. O mediador, por ser imparcial, compreende melhor a dinâmica da animosidade e facilita a retomada do diálogo para resolver problemas como partilhas, guardas, interdições, visitas e pensões alimentícias.

Cada tribunal, por meio do seu Núcleo Permanente, organiza a capacitação de mediadores e cursos de formação de juízes a partir de uma metodologia de acompanhamento estatístico para avaliação de resultados. Até hoje, houve em torno de 40 turmas. O Nupe-mec, na seleção dos interessados, leva em conta sua sensibilidade ao tema, sua capacidade de escuta, sua abertura para aprender novos métodos.

Cleide Andrade explica que o treinamento inclui um curso de 40 horas com instrutores certificados, a leitura orientada do Manual de Mediação Judicial do CNJ e vídeos institucionais sobre o tema. Depois, o candidato, que deve ser graduado ou estar matriculado em uma graduação, precisa atender dez casos sob a supervisão dos instrutores e redigir um relatório detalhando as técnicas adotadas e o aprendizado extraído da expe-

riência. Finalmente, ele se compromete a oferecer a contrapartida de um ano de serviço voluntário.

As oficinas de pais e filhos, uma das mais bem-sucedidas realizações do setor de mediação, são oportunidades de restabelecer a comunicação entre ex-parceiros, tendo em vista o bem-estar dos filhos. É possível se inscrever espontaneamente, mas os juízes também indicam casos que estejam examinando em suas varas. Os encontros periódicos têm a finalidade de mostrar aos ex-casais que o casamento acabou, mas a paternidade e a maternidade se mantêm e, em nome das crianças e dos adolescentes, é preciso achar o caminho da harmonia. Os ex-cônjuges são acolhidos em horários diferentes, e uma oficina é oferecida aos filhos, para que eles partilhem suas vivências com pessoas da mesma idade.

A Semana Nacional da Conciliação, de 23 a 27 de novembro, registrou um total de 18.390 audiências agendadas. Destas, 10.033 são nos Juizados Especiais; e 8.357, na Justiça comum. No Cejus de Belo Horizonte, estão previstas 1.200 audiências.



Para a mediadora Cleide Andrade, as oficinas de parentalidade provocam a reflexão e em poucos encontros podem modificar por completo a conduta de ex-parceiros em relação um ao outro

Para o juiz auxiliar da 3ª Vice-Presidência, Carlos Donizetti, a sociedade está perdendo a capacidade de conversar e, por isso, procura o Judiciário a cada vez que um problema surge

# Na luta pelos direitos da população em situação de rua

Daniele Hostalácio

Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes ingressou na magistratura em 1997, tendo passado pelas Comarcas de Ipatinga, Salinas, Passos e Montes Claros. Hoje juiz da 23ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, ele é um dos magistrados que representam o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) no desenvolvimento das atividades referentes ao termo de cooperação técnica (TCT) assinado pelo Tribunal mineiro, pelo Ministério Público de Minas Gerais e pelo Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas) para a promoção dos direitos das pessoas em situação de rua, tema sobre o qual fala na entrevista abaixo.



"A base do projeto é o voluntariado", afirma o juiz Sérgio Fernandes. Na foto, o magistrado com a equipe da 23ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte

**TJMG Informativo – Qual é a importância de o TJMG ter abraçado a causa de dar efetividade à Política Nacional para a População em Situação de Rua?** O TJMG está a cumprir sua missão de realizar ações efetivas, em observância ao Decreto 7.053/09 e à Lei Estadual 20.846/13, que versam sobre a política para as pessoas em situação de rua e têm como primeira diretriz a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais do referido grupo social. A participação da instituição TJMG e de seus membros, magistrados e servidores, a começar pela atuação do seu próprio presidente, desembargador Pedro Bitencourt, ofertou um peso absurdo para a mobilização dos demais parceiros, bem como para a interlocução com os órgãos estatais, as instituições de ensino e a sociedade civil em geral.

**Como o Judiciário pode contribuir para o resgate da cidadania dessas pessoas?**

De várias maneiras. Na atividade judicante, pois o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) já pacificou a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário, em ordem a viabilizar a todos o acesso aos bens cuja fruição lhes haja sido injustamente recusada pelo Estado.

Por consequência, é de grande valia a recomendação conjunta emitida pela nossa Corregedoria, através do desembargador Antônio Sérvulo, que também abraçou a causa, e pela Corregedoria do Ministério Público de Minas Gerais. Também através dos seus projetos institucionais, como o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), a Rede Judicial de Proteção e o Centro de Reconhecimento de Paternidade, sempre na busca do restabelecimento de laços há muito perdidos. Na ação voluntária dos juizes e servidores, tanto na construção das audiências públicas, que serão realizadas até o final do ano em várias importantes cidades de Minas Gerais, quanto na participação de ações como a Rua dos Direitos, que reuniu centenas de pessoas em situação de rua em Belo Horizonte em atividades de comunhão e inclusão social. Na participação na formulação de políticas públicas para tal grupo, já que a atuação do TJMG contribuiu para a criação do Comitê PopRua-MG. Pela discussão qualificada do fenômeno. Com autorização do desembargador Kildare Carvalho e coordenação do desembargador Manoel dos Reis Morais, foram lançadas as sementes para um curso multidisciplinar, a Rua do Saber, termo cunhado por um dos artífices do TCT,

promotor Paulo César Vicente de Lima. Não há limites para as possibilidades de participação do Judiciário.

**Como será a dinâmica do projeto Rua do Respeito, nascido a partir do TCT?**

Pessoas em situação de rua, por definição legal, compõem um grupo populacional adulto heterogêneo que tem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. Conforme o último censo realizado pela UFMG/Prefeitura de Belo Horizonte, 94% dos entrevistados apresentaram o desejo de sair das ruas, se possível pela moradia e/ou trabalho assalariado, não perdendo de vista que mais de 80% vivem de alguma atividade laborativa, sendo injustamente chamados de mendigos ou pedintes. Pois bem, a atuação do TCT passa pelo combate ao preconceito, descortinando essas pessoas da invisibilidade social, pelo acesso a direitos, já que a maioria, até pela fratura de sua vontade, não busca as garantias legais básicas que possui e a inclusão pelo trabalho. Mas não é só. Vários desafios se apresentam, como o fato do sofrimento mental, do envelhecimento precoce e do abuso de álcool e/ou drogas que acomete parte significativa dessa população.

**Nesses casos, como pode ser a atuação psicossocial da Justiça?**

Os motivos alegados normalmente são problemas familiares, abuso de álcool e drogas, desemprego e falta de moradia. Mas a desilusão é uma constante, o que se nota pelo alto índice de deprimidos. O pior é que a pessoa acaba por introjetar o que os outros dele pensam, sendo tragado cada vez mais para o isolamento. A vontade é maculada, pois a rua não distingue ninguém, seja analfabeto ou graduado, jovem ou idoso, flagela a todos com violência. Às vezes, falta alguém estender a mão.

**A iniciativa contará fortemente com o apoio de voluntários. Como participar?**

A base do projeto é o voluntariado, através da ação em rede e da criação de pontes, portanto só pedimos a boa vontade e a criatividade dos membros do Judiciário. Para as instituições, foi confeccionado um termo de adesão e boas práticas, disponibilizado por qualquer dos parceiros. Para as pessoas físicas, lembrando que dezenas de magistrados e servidores já estão engajados no projeto, é só procurar um dos representantes do TCT. Entre outros, eu e a juíza auxiliar da Presidência Lilian Maciel estamos à disposição.



■ O projeto social na comarca atende hoje a cerca 250 crianças e adolescentes e é financiado por penas pecuniárias

## Projeto na Comarca de Santos Dumont muda a vida de jovens surdos

Daniele Hostalácio

Dezenas de crianças e adolescentes, em uma quadra, dançam ao som de um samba. Há uma harmonia de movimentos, os meninos e as meninas executam os passos no mesmo ritmo, enquanto se aquecem e treinam movimentos. A técnica se chama *bamon*, e é utilizada nos treinos de um esporte pouco conhecido no Brasil, o *badminton*. Quem as vê, não consegue imaginar que, em meio ao grupo, sem perder os compassos, dançam dois jovens surdos: Bruno Costa e Thuan Bernard.

Bruno e Thuan, amigos desde a infância, conheceram o esporte por meio de um projeto social realizado por voluntários da Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente da Comarca de Santos Dumont (Criap), instituição fundada em 2008 pelo então juiz da Vara da Infância e da Juventude, Jander Maurício Brum. A entidade foi criada com o objetivo de oferecer às crianças e aos adolescentes da comarca a oportunidade de se desenvolverem de forma digna, por meio do esporte, e de reforçarem valores éticos e morais.

Com a aposentadoria do idealizador da iniciativa, a atual juíza da infância e da juventude da Comarca de Santos Dumont, Maria Cristina de Souza Trúlio, deu sequência ao projeto e abraçou a iniciativa. O projeto atende hoje, em média, a 250 crianças e adolescentes na comarca, que, além de Santos Dumont, é integrada pelos Municípios de Aracitaba, Ewbank da Câmara, Oliveira Fortes e Paiva, além dos Distritos de Conceição do Formoso, Dolores do Paraibuna, Mantiqueira e São João da Serra. As atividades acontecem no espaço físico do 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, por meio de parceria firmada com a instituição.

O *badminton* descortinou para os dois jovens surdos um novo mundo de possibilidades. Há um ano e

meio, Thuan, de 19 anos, começou a praticar o esporte; Bruno, de 17 anos, juntou-se ao grupo seis meses depois. Hoje, os dois meninos colecionam medalhas locais e regionais, novos amigos, não apenas entre a comunidade surda, e a sensação de que a surdez não precisa limitar suas possibilidades. “Por meio do *badminton*, fiz novos amigos que me ajudaram muito a superar obstáculos. Em um campeonato recente em Juiz de Fora, fiquei em terceiro lugar”, comemora Thuan. Bruno completa: “O esporte me proporcionou a convivência com ouvintes, sem que a surdez seja um empecilho”.

As mudanças são sentidas também pelos familiares dos meninos. “O esporte foi muito bom na vida do meu filho. Antes ele vivia apenas fechado no mun-

”  
**A deficiência auditiva não é empecilho para que dois jovens surdos treinem com meninos e meninas ouvintes**

“

do dele, mais dentro do quarto e convivendo apenas com colegas surdos. Agora, ele tem amigos que são ouvintes e não está mais só dentro de casa; assumiu novos compromissos e responsabilidades, quer ir adiante. Isso abriu as fronteiras dele, contribuiu para ele perceber que pode ter uma vida normal, como qualquer outro jovem, apesar da surdez. Não há mais limites pra ele”, atesta Valesca de Araújo, mãe de Thuan.

## Concentração e disciplina

Na avaliação do treinador dos meninos, Walter Gonçalves de Moraes, que é oficial de justiça na comarca, “a experiência com os dois jovens com deficiência auditiva mostram a importância do esporte para a inclusão de jovens em adultos com deficiência”. Walter Moraes explica que o projeto social escolheu o *badminton* como modalidade esportiva porque ele requer muita concentração e disciplina. Além disso, por ser um esporte pouco conhecido, gera curiosidade nas crianças.

Desafiador para os dois meninos, o *badminton* é considerado o esporte de raque-

te mais rápido do mundo, por isso requer muita concentração e velocidade. É semelhante ao tênis, sendo praticado com raquete e peteca. Formando uma dupla de *badminton*, os meninos contam, para treinar, com a ajuda de uma intérprete de libras. Mas, a cada dia, a comunicação entre eles e o treinador se torna mais fluida.

Os planos para a dupla são ambiciosos. O treinador disse que pretende credenciá-los na Federação Mineira Esportiva dos Surdos, em 2016, para que possam participar de competições estaduais e nacionais. Em 2017, acontece o campeonato mundial de *badminton*, na Turquia, e o desejo é que Bruno e Thuan estejam lá, lutando por uma medalha. “Ainda é um sonho, mas vamos tentar. Superação, essa é a palavra”, declara o treinador.

Para quem não conhece as regras do jogo, o objetivo do competidor é fazer a peteca tocar na quadra adversária – aquele que a deixar cair dentro do seu lado da quadra ou rebatê-la para fora perde a jogada. Mas esses jovens não estão dispostos a deixar a peteca cair.

Divulgação



Bruno Costa e Thuan Bernard colecionam medalhas locais e regionais no *badminton*

# Penas pecuniárias financiam o projeto

O projeto social na Comarca de Santos Dumont é financiado por penas pecuniárias. De acordo com o desembargador José Antônio Braga, coordenador do Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), “todos os valores arrecadados com a aplicação da pena de prestações pecuniárias, objeto de transações penais e sentenças condenatórias, poderão ser utilizados pelo juízo da execução, nos termos do Provimento Conjunto 27/2013 do TJMG/CGCMG e da Resolução 154 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para melhoria do sistema prisional de sua área de jurisdição e também para con-

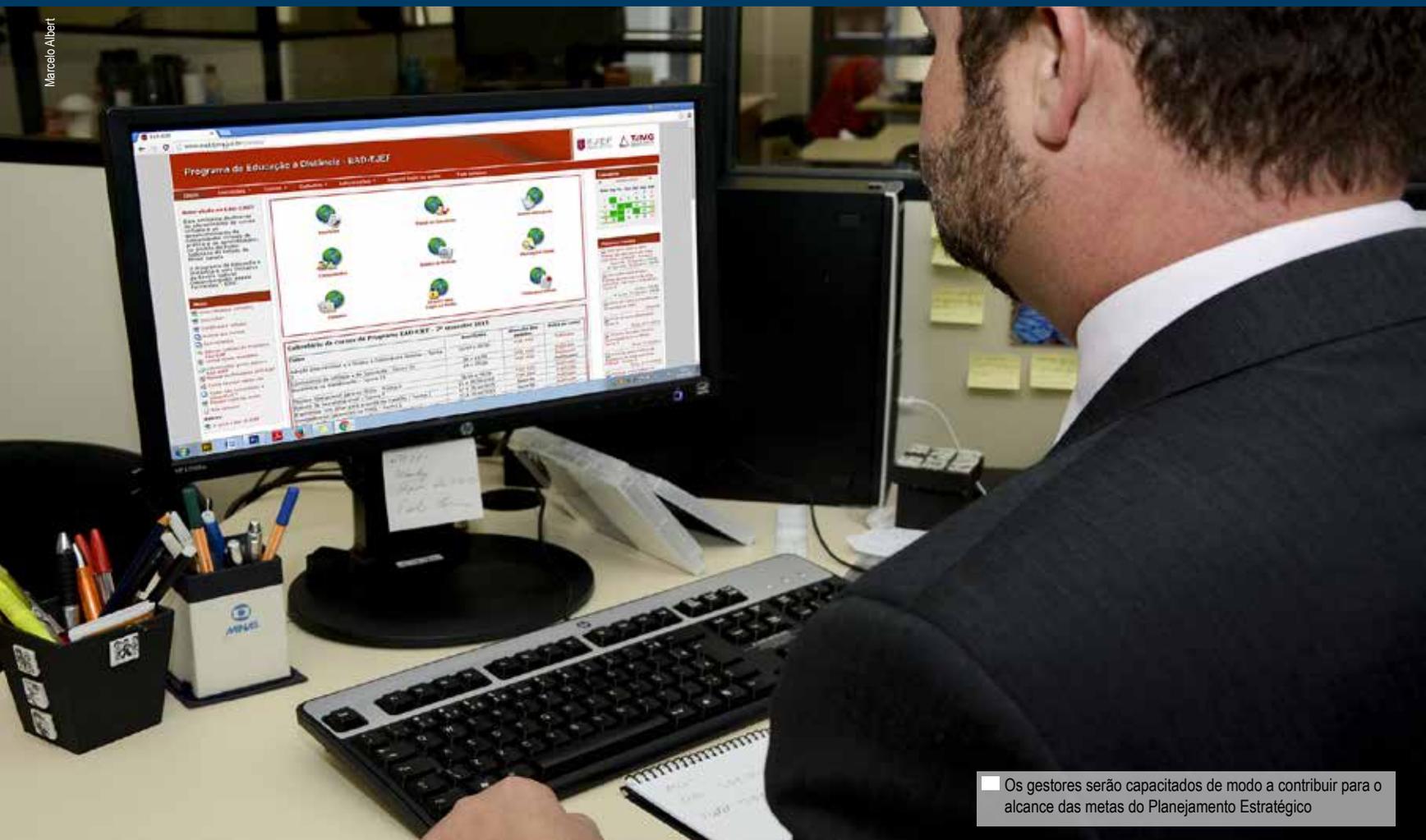
templar projetos sociais que favoreçam a infância e a juventude, como também os idosos”.

Por meio das penas pecuniárias, vários projetos sociais ganham vida. “O Poder Judiciário não pode limitar a sua atuação à esfera punitiva. É preciso investir no ser humano, contribuir de alguma forma para a convivência harmônica entre as pessoas. Todas as instituições, públicas ou privadas, bem como os cidadãos em geral, têm sempre algo a fazer para contribuir com a paz e a justiça social”, acredita a juíza Maria Cristina de Souza Trúlio, da Comarca de Santos Dumont.

Na avaliação da magistrada, as diferenças econômicas e a falta de acesso à educação “criam abismos no meio social, e o Poder Judiciário não pode ignorar isso”. Por isso, a juíza defende que “uma postura proativa por parte dos integrantes do Poder Judiciário de uma comarca pode fazer toda a diferença, minimizando problemas sociais que acabam por culminar muitas vezes na prática de ilícitos penais”. Assim, “a utilização das verbas oriundas das prestações pecuniárias em projetos sociais locais possibilita maior diálogo com a comunidade, revelando transparência e comprometimento do Poder Judiciário”.

# Curso alinha gestores da Segunda Instância a modelo de competências

Marcelo Albert



Os gestores serão capacitados de modo a contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico

## Marcos Xavier

Compreender a sistemática e a metodologia do Planejamento Estratégico e entender como se inserir nele e contribuir para o seu desenvolvimento. Esses são os objetivos básicos do curso Competências Gerenciais do TJMG – Modelo e Técnicas de Gestão para Melhoria de Resultados, promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

Trata-se de um curso direcionado a todos os gestores da Segunda Instância, com proposta pedagógica e recursos técnicos próprios da educação à distância (EAD). Iniciado no dia 22 de outubro e com término previsto para 4 de dezembro, o curso visa promover a capacitação dos gestores nos conhecimentos, habilidades e atitudes que serão esperados conforme o modelo de competências gerenciais desenvolvido pelo TJMG.

Disponibilizado no ambiente virtual do programa EAD-Ejef, o curso tem carga horária total de 32 horas-aula, divididas em quatro módulos: Planejamento Estratégico, Gestão para Resultados, Gestão de Processos e Gestão de Pessoas.

## Mapeamento de competências

O mapeamento das competências necessárias à instituição e aos gestores foi iniciado em 2010 pela Ejef e posteriormente foi aprovado como meta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Por meio de consultoria externa, a Ejef realizou o mapeamento após ouvir 234 pessoas, entre magistrados da direção do Tribunal, desembargadores,

diretores de foro, juízes, secretários e diretores executivos, servidores que ocupam cargos de gestão, contadores e escrivães, englobando uma amostragem com contribuições de 131 comarcas.

Oito competências para os gestores do TJMG foram mapeadas: gestão de pessoas e liderança de equipes, competência técnica, gestão do processo de trabalho judicial, orientação para resultado, gestão da informação, visão sistêmica, ação inovadora e comunicação e integração institucional.

Apenas a competência técnica não é abrangida pelo curso, uma vez que a Ejef já oferece capacitação atendendo a demandas de cada área do TJMG.

A capacitação nas competências gerenciais para todos os gestores

do TJMG está prevista no Planejamento Estratégico.

## Alinhamento institucional

Segundo a Secretária Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag), Ana Paula Villela de Vilhena, o curso “contribui para a disseminação de metodologia de gestão com foco em resultados e para a melhoria contínua de processos. Também aborda conceitos fundamentais sobre o sistema de gestão de uma organização, perpassando pela elaboração da estratégia e pela operacionalização”.

Para Ana Paula Vilhena, “o desenvolvimento desses temas visa promover o alinhamento institucional e assegurar a perspectiva sistêmica no desenvolvimento do trabalho”.

# Fórum Lafayette expõe obras de Rodin

Rebeca Figueiredo

A Galeria de Arte do Fórum Lafayette recebe, de 18 de novembro a 20 de dezembro, nove réplicas das obras do escultor francês Auguste Rodin. As esculturas, feitas em bronze, são autenticadas pelo Museu do Louvre e fazem parte de um acervo adquirido pela Vallourec no Museu Rodin, localizado em Paris.

A mostra será aberta em 17 de novembro, às 19h. A visitação é gratuita e estará aberta ao público de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8h às 18h.

## Auguste Rodin

Nascido em Paris, em 1840, Rodin é considerado um dos escultores mais notáveis de seu tempo. Sua inclinação para as artes se deu ainda na infância, quando entrou para uma academia de arte. Além dos estudos de artes plásticas, o escultor se dedicou à pesquisa da anatomia humana para produzir suas obras.

Auguste Rodin era particularmente habilidoso em compor cenas e conferir aos seus personagens sentimentos intensos de poder e paixão. A força do impres-

sionismo e do simbolismo em suas obras também é uma marca de seu estilo.

## Obras

A exposição é composta por réplicas das peças *O Filho Pródigo*, *O Ídolo Eterno*, *O Burguês de Calais*, *O Banho*, *O Beijo*, *As Sereias*, *A Danaide*, *A Toaleta de Vênus* e *O Pensador*.

Tanto *O Filho Pródigo* quanto as obras *O Beijo*, *A Danaide* e *O Pensador* foram feitas para a composição do monumento *A Porta do Inferno*, e, posteriormente, tornaram-se estátuas individuais.

Encomendada pelo governo francês, em 1880, *A Porta do Inferno* homenageava a *Divina Comédia*, de Dante. A intenção era que a porta de bronze fosse instalada no Museu de Artes Decorativas de Paris. No entanto, embora tenha devotado o resto da vida ao projeto, Rodin morreu em 1912 deixando a obra inacabada.

Considerada uma das obras-primas do artista, *O Beijo* reforça seu estilo impressionista e, de acordo com

o próprio Rodin, é um testamento à força do amor e ao sonho de romance, os quais tanto desejamos.

Por sua vez, a escultura *O Pensador*, antes chamada *O Poeta*, tornou-se um ícone popular da imagem de um filósofo. Não é à toa: a obra representa a figura humana carregada de sincera preocupação e profunda reflexão sobre o seu destino.

## Toque especial

No período da exposição, o projeto institucional Toque Especial promove a inclusão cultural dos deficientes visuais. Servidores, alunos do Instituto São Rafael e a comunidade de portadores de deficiência visual terão a oportunidade de visitar a Galeria de Arte do Fórum Lafayette e conhecer através do toque as obras do artista.

Mais do que promover a igualdade, o projeto visa ampliar o relacionamento entre a Casa da Justiça e a comunidade de deficientes visuais de Belo Horizonte.



■ *O Burguês de Calais* é uma das nove réplicas das obras de Rodin expostas na amostra

Em novembro, o Cineclube TJ traz ao público o filme *One Flew Over the Cuckoo's Nest*, do diretor Milos Forman. A película, que ficou conhecida no Brasil pelo título *Um Estranho no Ninho*, será exibida no dia 26, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (Rua Goiás, 253). Confira, abaixo, resenha do filme.

## Um estranho no ninho

*José Rubens Costa\**

*One Flew Over the Cuckoo's Nest*, escrito em 1962 por Ken Kesey, e transposto para o cinema pelo diretor Milos Forman, em 1975, representa as tensões, o controle social e os ideais dos anos 60. O título em inglês derivou da expressão "one flew east, one flew west, one flew over the kukoo's nest", que significa "alguém ficou muito louco".

A temática, desenrolada por meio de "loucos" e da "loucura", pode manter uma relação, embora paradoxal, com *Le Roi de Coeur* (*Esse Mundo é dos Loucos*), do diretor Philippe de Broca.

No universo da loucura, os "manicômios de antanho", desenvolve-se a "loucura" do personagem ou do protagonista, que levou Jack Nicholson ao Oscar de melhor ator e à perene identificação dele com o protagonista; e o filme, a quatro outras premiações.

A trama se desenvolve com os temas da repressão institucional à individualidade e à rebelião contra o conformismo, enquanto acontecia a guerra fria. A crítica de Kesey, no entanto, se opõe às instituições americanas, modelo do mundo ocidental.

\*Advogado



■ Jack Nicholson (de touca preta) ganhou o Oscar de melhor ator por sua atuação no filme

## CLIQUE DO LEITOR



Difícil encontrar palavras para descrever a Cachoeira do Bicame, localizada na bucólica Lapinha da Serra – Santana do Riacho/MG. Surge imponente entre as serras e o cerrado majestoso da Serra do Cipó. Seu imenso poço com grande volume de água embriaga o espírito.

**Israel Tomaz Ferreira, gerente administrativo do Fórum Lafayette**

Caso queira participar da coluna Clique do Leitor, envie uma foto de sua autoria, acompanhada de um texto de até dez linhas sobre a imagem, para [imprensa@tjmg.jus.br](mailto:imprensa@tjmg.jus.br). Preencha o assunto com "Clique do Leitor". As melhores fotos serão publicadas neste espaço.